



CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TIC
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA



1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

1.1 Título:

Aquisição de 1 (um) certificado digital A1 ICP-BRASIL do tipo e-CNPJ; e de 1 (um) certificado digital SSL A1 com validade internacional do tipo WILDCARD, ambos para uso institucional do TRT da 15ª Região - Item 22 do Plano de Contratações de Soluções de TIC de 2022

2 IDENTIFICAÇÃO ÁREA DEMANDANTE

2.1 Unidade Demandante:

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

2.2 Responsável pela Unidade Demandante:

Nome: Herbert Wittmann
Telefone: (19) 3231-9500 - ramal 2842
E-mail: herbert@trt15.jus.br

2.3 Integrantes Demandantes:

Nome: Herbert Wittmann
Telefone: (19) 3231-9500 - ramal 2842
E-mail: herbert@trt15.jus.br

Nome: Bruno Tobias Stella
Telefone: (19) 3231-9500 - ramal 2874
E-mail: brunostella@trt15.jus.br



3 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 Descrição Sucinta:

1 (um) Certificado digital A1 ICP-BRASIL do tipo e-CNPJ
1 (um) Certificado digital SSL A1 com validade internacional do tipo WILDCARD

3.2 Objetivo/Necessidade da Solução Pretendida:

* Certificado digital A1 ICP-BRASIL do tipo e-CNPJ:

Necessário para algumas funcionalidades do Sistema PJe; necessário para o Sistema SISCONDJ do Banco do Brasil que interage com o PJe; necessário para o envio de informações por parte do TRT15 para o sistema do Poder Executivo denominado “eSocial”. Quanto ao sistema eSocial, a obrigatoriedade de pertencer à cadeia de certificados ICP-BRASIL e ser do tipo e-CNPJ consta no documento <http://sigepjt.csjt.jus.br/index.php/Conector-SIGEP> : “Obrigatório o uso de Certificado Digital A1 do tipo eCNPJ em nome do Tribunal”.

* Certificado digital SSL A1 com validade internacional do tipo WILDCARD:

O sistema PJe passou a exigir que o seu certificado digital SSL seja de validade internacional e não mais ICP-Brasil. Também, o aplicativo JTE Mobile, desenvolvido pelo TRT05, que é um satélite do PJE, só funciona com certificado digital aceito internacionalmente, conforme orientação fornecida pelo TRT05; O certificado do tipo WILDCARD funciona como uma espécie de “curinga”, assim, o mesmo certificado é utilizado para acesso com segurança a diversos endereços eletrônicos (URLs) disponibilizados pelo TRT15 para a comunidade interna e externa. Alguns exemplos de URLs do domínio trt15.jus.br onde é usado o certificado SSL Wildcard atualmente:

<https://pje.trt15.jus.br>

<https://ceat.trt15.jus.br>

<https://proad.trt15.jus.br>

<https://sigeo.trt15.jus.br>



3.3 Motivação da Demanda :

- * Um certificado SSL (Secure Sockets Layer) é um certificado digital que autentica a identidade de um site e criptografa as informações enviadas para o servidor usando a tecnologia SSL. A criptografia é o processo de embaralhar os dados em um formato indecifrável que só pode voltar ao formato legível com a chave de descryptografia correta. Dessa forma, se a comunicação entre o browser de um computador e um servidor do TRT15 for interceptada, a informação estará criptografada e portanto segura. Essa é a principal razão pela qual se utiliza, no mundo todo, certificados digitais em servidores WEBS, para que os dados trafeguem de forma criptografada entre o servidor WEB e o dispositivo que está acessando esse servidor WEB.
- * O sistema conector desenvolvido pelo TRT11, que lerá informações do sistema SIGEP e enviará para o sistema eSOCIAL desenvolvido pelo Poder Executivo, exige um certificado do tipo e-CNPJ, por isso a necessidade da compra também de um certificado do tipo e-CNPJ além do “curinga” do tipo SSL WILDCARD.
- * O sistema SISCONDJ desenvolvido pelo Banco do Brasil, o qual interage com o PJE, exige um certificado vinculado a infraestrutura ICP-Brasil, por isso a necessidade da compra também de um certificado ICP-Brasil. O fato de ser ICP-Brasil do tipo e-CNPJ não é um problema, sendo assim, o mesmo certificado serve tanto para o conector descrito acima quanto para o SISCONDJ.
- * Por razões mercadológicas, os certificados A1 ICP-Brasil do tipo e-CNPJ e SSL Wildcard têm validade de 12 meses, tornando necessária a contratação ou renovação desses certificados digitais com essa periodicidade
- * A compra de um único certificado do tipo WILDCARD, que funciona como uma espécie de “curinga”, é muito mais prática e também mais vantajosa do ponto de vista financeiro, em relação à compra de vários certificados, ou seja, facilita a administração e diminui os custos de aquisição.
- * A utilização de certificados de raiz internacional evita mensagens de “certificado não confiável” para os usuários, uma vez que a cadeia de certificados já vem instalada nos principais navegadores de internet utilizados.



3.4 Resultados Esperados:

Tipo de Resultado	Sim	Não	Detalhamento
Ganho de produtividade		X	
Redução de esforço		X	
Redução de custo		X	
Redução do uso de recursos		X	
Melhoria de controle		X	
Redução de riscos	X		Autenticação e confidencialidade seguras no acesso aos sistemas WEBS disponibilizados pelo TRT15
Determinação legal		X	
Determinação administrativa	X		Conforme exigência contida no documento do CSJT http://sigepjt.csjt.jus.br/index.php/Conector-SIGEP : “Obrigatório o uso de Certificado Digital A1 do tipo eCNPJ em nome do Tribunal”
Outro (Especificar)		X	

4 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Origem: <input type="checkbox"/> CNJ <input type="checkbox"/> TST/CSJT <input checked="" type="checkbox"/> PEI <input type="checkbox"/> PETIC	
Objetivo Estratégico	Meta / Indicador / Ação
PEI - OBJETIVO: Aprimorar a Governança de TIC e a Proteção de Dados	Meta 11 – Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica. Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total



5 ANEXOS

Ofício CSJT.CPJe.SETIC 14/2017

Issue JIRA que trata da instalação do JTE, satélite do PJE:
<https://pje.csjt.jus.br/jira/browse/SAT-270>

6 RISCOS DE NÃO IMPLEMENTAÇÃO DA DEMANDA

Risco	Impacto ao Negócio (áreas impactadas)
Perda de confiança na comunicação com os serviços instalados nos servidores WEBS do TRT15 que necessitam que os dados sejam trafegados com segurança, de forma criptografada, por exemplo, login e senha das pessoas para acesso aos sistemas	Alto. Área Impactada: todo o público, tanto externo quanto o interno

7 IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

7.1 Unidade Técnica responsável

Coordenadoria de Infraestrutura de TIC

7.2 Responsável pela Coordenadoria Responsável

Nome: Bruno Tobias Stella
Telefone: (19) 3231-9500 ramal 2874
E-mail: brunostella@trt15.jus.br

7.3 Integrante técnico para esta Demanda:

Nome: Ricardo de Oliveira
Telefone: (19) 3231-9500 ramal 2225
E-mail: roliveira@trt15.jus.br



8 AUTORIZAÇÃO

De acordo, encaminhe-se à Secretaria da Administração.

Em: 21/01/2022

Herbert Wittmann
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações